



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**CRISTIANE PINHEIRO DE AZEVEDO DEISE TAVARES OLIVEIRAMARLUCIA BARBOSA DE
FIGUEIREDO**

O Serviço Social na Instituição de Acolhimento: Relato de Experiência Profissional na Política de Assistência Social

RESUMO

O presente relato de experiência busca apresentar a atuação do Assistente Social em uma Instituição de Acolhimento para meninas de 12 a 17 anos incompletos, situada em um município da Baixa Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. O referido relato é um ensaio para um artigo que refletirá sobre o Acolhimento Institucional, bem como as situações de vulnerabilidades e risco social vivenciadas pelas famílias que não conseguem cumprir, por viverem condições de vida inadequadas e por não serem protegidas por políticas públicas a função social de proteção dos seus membros.

Palavras-chave: Família, Acolhimento Institucional, Adolescente, Proteção Social e Serviço Social.

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo vem compartilhar reflexões sobre as ações dos profissionais do Serviço Social que atuam em uma Instituição de Acolhimento em um dos municípios da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Em seu perfil, a instituição atende adolescentes, meninas de 12 à 17 anos incompletos, onde na impossibilidade de reintegração familiar em momento anterior, as mesmas completam a maioria ainda na instituição. A instituição de acolhimento é mantida pela Prefeitura Municipal, ou seja, de natureza público-estatal, que faz parte dos Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que também se pauta nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A instituição tem capacidade máxima de atendimento à 15 (quinze) adolescentes meninas com algumas especificidades, a saber: transtorno mental, transtorno neurológico, deficiência física, em conflito com a lei e facções, dependentes químicos e gestantes.

Para melhor compreendermos nosso cotidiano profissional fizemos um recorte social e econômico das acolhidas onde é visível perceber que a grande maioria das adolescentes são negras e netas de nordestinos. Tais dados foram colhidos e sistematizados por meio de entrevistas sociais e observações da realidade das adolescentes e através das visitas das famílias à instituição, cujas configurações são marcadas pelas seguintes características:

1. São filhas de mães, tias e avós solteiras - não por optarem sobre esse estado civil, mas porque seus parceiros não assumirem a responsabilidade familiar;
2. Mães em idade precoce, ou seja, gravidez na adolescência assim como suas avós, as tias, as mães e filhas. Do 2º semestre de 2017 ao 1º semestre de 2019, 12% das meninas chegaram mães e foram mães em acolhimento institucional, cujas idades foram entre 13 e 18 anos.
3. Das 15 meninas acolhidas e suas famílias entrevistadas, 12 familiares, ou seja, em 80% dos casos, as mulheres são chefes das famílias;
4. 60% das famílias não tem vínculo empregatício (CLT), mas trabalham na informalidade, como: faxineiras, recicladoras, vendedoras de cosméticos, bolos, salgados, vendedoras ambulantes nas ruas e nos trens;
5. 86% dos familiares entrevistados não concluíram o ensino fundamental. É importante ressaltar que as famílias das nossas acolhidas são mulheres chefes

de família que acabam necessitando trabalhar e não conseguem conciliar a vida laborativa com a escolar;

6. Todas, sem exceção, ou seja, 100% das acolhidas, já sofreram algum tipo de violência – a doméstica tem um destaque maior;
7. 33% declararam ter recebido/receber bolsa família, mas acreditamos que esse número seja maior, pois quando a criança ou adolescente está em situação de acolhimento, tal benefício tem um decréscimo no grupo familiar, com isso é comum a ocultação de informações referente ao recebimento do benefício;
8. 46% das acolhidas tem mais de 04 irmãos. A grande maioria de pais diferentes, poucos assumiram a paternidade;
9. 53% tem orientação religiosa protestante e 46% de matriz africana.

2. DESENVOLVIMENTO

As alterações no sistema capitalista, em especial com o neoliberalismo, a família tem sido requisitada “como agente de proteção social privada da sua existência”. Para MIOTO (2011, p.03)

(...) A família é um espaço altamente complexo, que se constrói e se reconstrói historicamente e cotidianamente por meio das relações e negociações que se estabelecem entre seus membros e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. (...) tem um papel importante na estrutura da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos e, portanto, não é apenas uma construção privada, mas também pública.

Partindo dessa reflexão, entendemos que a família não é uma instituição suspensa e tão pouco por si só dará conta das intempéries do sistema capitalista que dita as regras econômicas, sociais e políticas que vem rebatendo de forma avassaladora e desigual nas vidas de muitos grupos familiares, em especial, famílias chefiadas por mulheres negras e nordestinas cujas expressões da questão social¹ atravessam suas existências.

No caso das famílias das nossas acolhidas, percebemos destituição de direitos básicos que são cruciais para existirem, enquanto sujeitos sociais e poderem prover seus

¹ “Diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” IAMAMOTO (2001, p.10).

dependentes. Identificamos aprofundamento da pobreza, adoecimento psíquico, violências doméstica e sexual, falta de acesso a escolarização, a emprego e moradia.

Destacamos a história de Petúnia² e sua família. Menina negra, acolhida desde os seus 1 ano e 06 meses de idade, hoje com 17 anos (completará 18 anos na instituição este ano). Tem 02 (dois) irmãos: Orquídea, 19 anos, já passou por instituição de acolhimento, foi mãe aos 14 anos cujo o filho foi posto para adoção. Caquito, 16 anos, está em um abrigo para meninos no mesmo município. Rosa, genitora, mulher negra, foi mãe aos 12 anos de idade. Sofreu violência doméstica- foi expulsa de casa por engravidar- quando na verdade foi abusada sexualmente. O genitor, pai dos três filhos de Rosa, tinha o dobro da sua idade na época, foi assassinado. Não lhe deu suporte, tão pouco a família dele. Com isso, segundo Rosa, viu na instituição de acolhimento uma possibilidade de sobrevivência e guarda de seus filhos.

Rosa, hoje tem 36 anos, nunca trabalhou de carteira assinada, não tem o ensino fundamental completo. Tem uma grande revolta do judiciário que segundo ela, nunca perguntou sobre sua história, mas a culpabiliza pelos filhos até hoje estarem em instituições de acolhimento. Rosa é recicladora, vendedora ambulante (vende água e refrigerante no sinal) e também trabalha como manicure. A sua casa é própria, doação de sua mãe, já falecida. Disse que teve que brigar muito pela casa, pois é no quintal da família com a qual não tem uma boa relação com seus familiares. Rosa é uma mulher embrutecida pela vida, demonstrou um adoecimento psíquico, mas tem certa consciência sobre sua realidade social. Segundo Rosa, teve que aprender a sobreviver na “porrada e teve que dar muitas porradas pra não morrer”. Está ampliando a casa para dar um quarto para cada um dos filhos. Orquídea tem uma relação amorosa instável com um rapaz, mas já iniciou a construção de um quarto na casa da sua mãe Rosa.

Petúnia já passou por três instituições de acolhimento, contando com a nossa. Nas entrevistas com a equipe técnica, nos relatou ter mágoas da mãe. Disse que morou por um período com a genitora, em dois momentos: 06 anos e aos 12 anos, mas todas as experiências foram frustradas, não tiveram boa convivência “passava fome, ficava trancada dentro de casa e apanhava muito”.

Petúnia passou por uma adoção mal sucedida³. A família substituta devolveu a adolescente em 2018, sob a alegação de desobediência por parte da mesma.

² Os nomes utilizados aqui serão todos fictícios para não expor, os usuários e seus familiares, atendidos pela referida Instituição.

³ Não será possível aprofundar neste resumo expandido a discussão mais ampla acerca das adoções tardias e as devoluções das adolescentes.

Cabe ressaltar que os adotantes não ficaram com a adolescente nem 2(dois) anos. Tem crises de ansiedade severas e comportamental, por vezes fica agressiva, outras deprimida. Seu irmão Caquito passa pela mesma situação de adoecimento psíquico. Já esteve internado para tratamento psíquico e faz uso de medicamentos controlados devido ao longo período de acolhimento.

O vínculo afetivo desta estrutura familiar é bastante fragilizado, permeado de dores, abandonos e descaso social. Nos relatos apresentados acima, percebe-se total desarticulação das políticas sociais pelos órgãos competentes. A genitora é a única culpabilizada pelo fato dos filhos ainda hoje estarem acolhidos, quando na verdade o Estado deixou de prover os mínimos sociais para essa mãe salvaguardar seus filhos.

3. CONCLUSÃO

O presente relato nos permite perceber o quanto as políticas sociais não são efetivas, estão desvinculadas, fragmentadas e o quanto isso influencia no quantitativo de pessoas em situação de vulnerabilidade social e risco, conseqüentemente, evidencia como essa população carece das articulações setoriais por meio dos profissionais que atuam nesta política que é a Assistência Social.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no capitalismo. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

MIOTO, Regina. Família e Assistência Social: Subsídios para o debate do Trabalho dos Assistentes Sociais. In: Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011, pp.03-13.